

Política
CONSTITUINTE

O ESFORÇO VAI COMEÇAR. SARNEY ATACA.

Ulysses convocou os constituintes para votações concentradas. Sarney tomou a dianteira: chamou os líderes para encaminhar assuntos de interesse oficial.

Na tentativa de abreviar as votações do segundo turno, para que a nova Carta seja promulgada nas primeiras semanas de setembro, o presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, enviou pessoalmente telegramas a todos os constituintes e os convocou para o esforço concentrado que começa amanhã e deverá perdurar até o final do mês. Diante disso, o presidente Sarney resolveu não perder tempo: convocou para hoje às 10h30, no Alvorada, os líderes do governo na Constituinte. Ele quer definir uma nova estratégia de encaminhar os assuntos de interesse do governo nesse segundo turno.

Sarney defende o retorno dos líderes à mesa de negociações — o que, segundo se informou no Palácio do Planalto, teria um sentido mais político que prático: o governo não quer encerrar a Constituinte pagando o preço da omissão. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, reflete bem a idéia de Sarney: diz achar indispensável a volta às negociações, mas discorda do que chama de "superfusões" de emendas, advertindo para o risco de uma Constituição aprovada "a toque de caixa".

"Não há nada de apressado",



Ulysses: esforço.

contestou ontem o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). "A sociedade já conhece cada artigo votado em primeiro turno. Já foram feitos grandes e pequenos lobbies e cada questão já foi exaustivamente ventilada pela imprensa." Chiarelli não acredita que, acelerando os trabalhos, os constituintes estariam prejudicando a qualidade da nova Carta. Para ele, a protelação possibilita ao governo "usar cada vez mais o malfadado decreto-lei, mantendo a sua voracidade para tapar o rombo do déficit público".

Por tudo isso, Chiarelli propôs aos constituintes se "auto-exilar" em Brasília para o esforço concentrado das próximas semanas — coisa que ele mesmo diz que fará, atendendo ao apelo de Ulysses. Se for mantido o ritmo de



Sarney: frase pronta.

votações das últimas semanas, Ulysses acredita que os trabalhos poderão ser concluídos até o final do mês. Naquele período foram examinados cerca de 60 destaques por dia — por exclusão de alguns ou fusões de outros —, o que significa um saldo de 488 destaques para o esforço.

Protelação
Os esforços de Ulysses, porém, certamente vão esbarrar em setores insatisfeitos do governo que querem o prolongamento dos trabalhos, com mais votações. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, por exemplo, insiste na realização de um terceiro turno, defendendo o referendo de emendas aditivas e modificativas que, segundo ele, foram incluídas no segundo turno.



Chiarelli: "auto-exílio".

Sant'Anna imagina que, num terceiro turno se evitaria, no futuro, a ocorrência de recursos judiciais contra a futura Constituição. "Está havendo burla ao regimento interno, que está sendo atropelada por decisões do presidente da Assembléia, que não aceitou destaques em separado", justifica ele. Por essas razões, Sant'Anna não vê possibilidade de a nova Carta ser promulgada até meados de setembro, como quer Ulysses. Para ele, a futura Constituição não estará pronta antes do final de outubro.

E a semana do esforço concentrado começa com a votação de dispositivos que ficaram pendentes desde a última quarta-feira, por falta de entendimento entre os líderes — como o segun-



Sant'Anna: burla.

do turno nas eleições de governadores e prefeitos e a inelegibilidade de parentes até segundo grau de ocupantes de cargos eletivos, exceto quando o candidato já tiver mandato eletivo.

Pouco tempo

Em ritmo concentrado, contudo, o líder do PL na Câmara, Adolfo de Oliveira, um dos relatores-adjuntos, prevê que haverá pouco tempo para a negociação. Dificilmente, segundo ele, os líderes terão condições de se reunir após as sessões da manhã, tarde e noite. "Ou esse esforço será atenuado, ou não haverá negociações", avisa Oliveira.

Além dos pontos pendentes, esta semana será decisiva para um item muito importante: a pos-

sibilidade de reeleição da Mesa da Câmara, que pode permitir um terceiro mandato consecutivo a Ulysses na presidência da Câmara. Adolfo de Oliveira é favorável à garantia de Ulysses no cargo, reconhecendo que a presidência da Câmara será importante no trabalho de complementação da Constituição, elaboração e votações das leis ordinárias e complementares. "Além do mais, este ano foi atípico. A Mesa da Câmara pouco pôde fazer, absorvida pelos trabalhos da Constituinte."

Mesmo instruindo suas lideranças sobre como encaminhar os assuntos de interesse oficial, Sarney deve passar uma outra orientação. Ao líder do PFL, deputado José Lourenço, por exemplo, já foi dada a ordem de evitar contestações públicas. Sarney, segundo algumas fontes do Planalto, quer reservar um lugar na história como um político que tudo fez para evitar a "ingovernabilidade" no País. A políticos de sua confiança tem dito que não ambiciona mais grandes realizações para o final do mandato. E se suas previsões de ingovernabilidade forem acertadas, ele já teria até uma frase pronta: "Eu bem que avisei!"

Entenda

Segundo turno: quem ganhou e quem perdeu até agora.

Depois de repassar quarenta artigos, com uma infinidade de parágrafos e incisos, saltando poucos em que não houve acordo, o segundo turno da Constituinte, iniciado neste mês, praticamente referendou todos os dispositivos votados no primeiro turno. Em ritmo acelerado de votação, que deverá ganhar mais velocidade a partir desta semana, foram mantidos tanto os direitos sociais e individuais como os dispositivos relacionados com a organização do Estado e os direitos políticos.

Se o tom de referendo dos constituintes for mantido, o custo social da nova Carta será insustentável. Como já lembrou o constituinte e economista José

Serra, serão necessários dois PIBs (Produto Interno Bruto) para aplicar as novas regras — ou seja, a economia teria de gerar, a preços de hoje, aproximadamente mais Cz\$ 90 trilhões em riquezas.

Até agora, os artigos referendados não são os mais drásticos naquele sentido — coisa mais pesada vem pela frente. Por enquanto, o maior impacto é o dos direitos sociais sobre o custo da mão-de-obra no setor privado e também no público. Neste início de segunda votação, os empresários foram os maiores perdedores, seguidos pelo governo federal. Os maiores ganhadores foram os trabalhadores e o funcionalismo público.

Apesar de todos os esforços, dos lobbies do governo e dos empresários, num ano eleitoral em que cerca de 150 constituintes são candidatos a prefeito (precisando de recursos para campanha), a derrota tem sido fragorosa. Há quem diga que é justamente o ano eleitoral o responsável pelo fenômeno. Prevalece a lógica política em prejuízo da lógica econômica. É uma explicação para a aprovação da totalidade dos direitos sociais, não obstante os temores que manifestavam as lideranças sindicais. Afinal, até a licença paternidade passou.

Esse era um dos pontos polêmicos contra o qual fizeram pressão governo e empresários.

A derrota também ocorreu com o direito de greve irrestrito e jornada de seis horas diárias nos turnos de revezamento. Entre os direitos fundamentais, o mandato de injunção, pelo qual direitos e liberdades terão aplicação reivindicada judicialmente, foi outra perda para os empresários.

Nesse jogo de braço, tem havido disputas entre lideranças sindicais. Contra a vontade da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), a Constituinte aprovou princípio que garante recursos financeiros para alimentar a atual estrutura sindical. E, para regozijo de seus opositores, a Central Geral dos Tra-

balhadores (CGT), União Sindical Independente (USI) e as nove confederações nacionais de trabalhadores, também o princípio da unicidade sindical deverá passar.

Além de perderem para os trabalhadores, os empresários registram derrotas impostas pelo governo. Eles fizeram esforços para impedir a estatização das telecomunicações, da distribuição do gás natural canalizado e da organização do abastecimento alimentar sob responsabilidade do Estado. mas tudo isso passou. O governo, por sua vez, assistiu à aprovação do direito de greve para o funcionalismo público.

Entre os ganhadores con-

tam-se ainda os partidos políticos, que terão completa liberdade para se estruturar, e o cidadão com dispositivos que lhe asseguram o acesso a informações mantidas por bancos de dados ou a prisão só com mandato judicial, salvo o flagrante delicto. Entre os perdedores, aposta-se na inclusão dos marajás, cujo princípio permitindo sua neutralização foi saltado na última quinta-feira e deverá retornar para votação agora. No mesmo lugar estarão os apadrinhados políticos, a partir da promulgação da nova Carta. Pelo menos na administração direta, contratação só por concurso público.

Vicente Dlanezi Filho

Levar idéias à Assembléia: o trabalho deste financista.

— Um momento econômico difícil como este não ajuda a elaboração de uma Constituição — disse ao JT o presidente da CNF — Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen. Vice-presidente do Conselho de Administração do Unibanco e principal representante da área financeira privada, Bornhausen mudou muito sua rotina. Este ano, a cada semana, passa dois a três dias em Brasília, numa incansável tarefa de convencimento dos constituintes, aos quais, como declarou, "leva idéias". Só radicais, isto é, previamente "contrários aos nossos pontos de vista", não foram procurados.

JT — Como descreve a tarefa de convencimento?

Bornhausen — O trabalho junto aos constituintes começou quando se formaram as subcomissões. Fiz um debate no ano passado e, a partir dali, vim mantendo contatos com a comissão que abrangeu o Sistema Financeiro e, mais tarde, com a Comissão de Sistematização. Esse trabalho foi muito intensificado na votação em plenário, o que era natural. Passou a ser necessário junto a um círculo muito maior de parlamentares. Essa fase mudou fortemente a alocação de meu tempo. Este ano, passo dois a três dias por semana em Brasília, buscando contato pessoal com o maior número possível de parlamentares, para conhecer pontos de vista e apresentar os nossos, encontrar pontos de encontro e levar subsídios e informações à decisão de cada um. Enfim, colaborar para que as decisões sejam tomadas com a maior base possível. É natural que cada um se interesse por determinadas áreas. A área financeira nem sempre se inclui entre os assuntos mais conhecidos.

— Como avalia seu trabalho?

— É sempre difícil. Os parlamentares recebem informações de inúmeras pessoas, de seus amigos...

— Quais seus objetivos básicos?



Bornhausen: subsídios.

— O capítulo sobre o Sistema Financeiro Nacional, embora, com relação aos demais itens, haja co-participação com as outras entidades de classe, como nas questões comuns da Ordem Econômica e Social.

— Falando especificamente do Sistema Financeiro...

— O essencial era um capítulo em termos úteis para disciplinar o SFN, para que não ocorressem aspectos negativos dentro do seu conceito de utilidade para o bem-estar e o desenvolvimento econômico do País. Por exemplo, houve a proposta de estatização e de nacionalização do SFN, que teve que ser combatida no campo das idéias. O capítulo acabou saindo bastante bem, assegurando-se a independência do Banco Central e uma legislação nova, com pontos importantes. A exceção foi o tabelamento da taxa de juros, que já havia sido proposto nas subcomissões e comissões e derrotado. Infelizmente, em plenário, foi aprovado numa votação em que houve uma dose grande de emotividade. Outro ponto negativo foi, nas Disposições Transitórias, a anistia aos micro e pequenos empresários, urbanos e ru-

rais. Este assunto não havia sequer sido suscitado nas discussões prévias.

— Foi só emotividade?

— Uma votação com mais de 500 participantes é imprevisível. Um bom discurso, com argumentações que sensibilizem, provoca resultados diferentes dos previstos. E, na fase de plenário, a participação popular, conduzida ou não, foi muito mais intensa. Seja no plenário, seja nos gabinetes e corredores. A anistia foi muito influenciada pela pressão das áreas interessadas.

— Entre parlamentares, de quem recebeu mais apoio?

— É difícil citar nomes, mas em geral das pessoas que defendem a economia de mercado, a livre iniciativa, enfim, que acreditam na necessidade de um Estado menor.

— O que viu no primeiro turno mais o conforta ou preocupa?

— Todos estamos preocupados com o feito da Carta, com a enorme quantidade de artigos, que mostram detalhamento excessivo, itens que deveriam ser objeto de legislação comum. Houve uma série de decisões que, pessoalmente, não me parecem as mais úteis para o País. No Sistema Financeiro, o tabelamento dos juros e a anistia. No geral, definição irrestrita de greve; proibição dos contratos de risco; prescribibilidade nas áreas de relações trabalhistas; mandato de injunção; nacionalização da lavra e pesquisa de minérios; turno de seis horas, entre outros pontos.

— O que espera para o segundo turno?

— Vemos com dificuldade modificações essenciais, mas estamos trabalhando com a mesma intensidade para informar os parlamentares, agora já concentrados nos pontos críticos. Mudanças podem ocorrer. Não há nada pejorativo nisso, mas envolverão quase um acordo geral dos constituintes. A maioria só será obtida quando houver um consenso.

Fábio Pahim Jr.